

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE PREVENÇÃO E AUXÍLIO A DESASTRES E CALAMIDADES NATURAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(DO Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de audiência pública sobre a avaliação dos impactos e danos causados pelas enchentes que ocorreram no ano de 2026, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com os seguintes convidados:

- Representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- Representante da Defesa Civil de Minas Gerais;
- Profa. Cássia de Castro Martins Ferreira, do Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- Prof. Miguel Felipe, do Departamento de Geociências do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- Representante da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora;
- Representante da Prefeitura Municipal de Ubá;
- Representante da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa;
- Representante da Prefeitura Municipal de Pequeri.



JUSTIFICAÇÃO

A Zona da Mata mineira, composta por municípios historicamente vulneráveis a eventos hidrometeorológicos extremos em razão de sua topografia acidentada, alta densidade populacional em áreas de risco e ocupação urbana desordenada, tem enfrentado, de forma recorrente, impactos severos associados a chuvas intensas. Cidades como Juiz de Fora, Ubá, Muriaé e Cataguases, entre outras, registraram ocorrências que resultaram em desalojados, desabrigados, interrupção de serviços essenciais, comprometimento da mobilidade urbana e prejuízos à atividade econômica local.

A realização da audiência pública permitirá aos membros desta Comissão compreender a extensão dos danos, dialogar com autoridades municipais e órgãos de defesa civil, colhendo subsídios concretos para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção, mitigação e resposta a desastres naturais.

A iniciativa reforça o compromisso do Parlamento com a fiscalização das políticas públicas e com a promoção de soluções estruturais que transcendam ações meramente emergenciais, priorizando investimentos em infraestrutura resiliente, ordenamento territorial, recuperação ambiental de encostas e margens de cursos d'água, bem como em educação para prevenção de riscos.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado GILSON DANIEL

